

No tempo presente chegam-nos diariamente notícias da situação do sistema financeiro relacionadas com o momento de crise que vivemos. A análise que se nos apresenta acerca dessa realidade incide sobre instituições que têm uma história, na maior parte dos casos ignorada, mesmo pelo público mais exigente. O presente trabalho surge como oportunidade para oferecer uma visão ampla e documentada sobre esse passado desconhecido. Esta perceção chegou-nos igualmente pelo conjunto de estudos que pudemos conduzir, onde se diagnosticou a carência de trabalhos de referência, lacuna que se tornou mais evidente ao registarmos a série de dicionários que foram sendo publicados noutras áreas. Os volumes que agora se apresentam vêm simultaneamente a público pela sua evidente inter-relação, constituindo em conjunto um dicionário histórico do sistema financeiro português desde os seus primórdios. Apesar do imperativo de conferir qualidade universitária à investigação efetuada, procurou-se que a sistematização e redação das entradas, além de fornecer informação de base a investigadores ativos na área, permitisse em simultâneo a consulta a um público mais vasto interessado numa informação clara e segura sobre as matérias em questão.



**APB** ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE BANCOS



**UAL**  
UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

**INCM**  
INSTITUTO NACIONAL DE HISTÓRIA EMPRESARIAL

# DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA

## Séculos XIX e XX

VOLUME I  
**INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS**

COORDENAÇÃO  
**Miguel Figueira de Faria**  
**José Amado Mendes**

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

*Banco dos Pobres. Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Relatório e Contas da Gerência e Parecer do Conselho Fiscal. Exercícios de 1900-1928*; LEITE (Lumbrales), *Organização Bancária Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, L.<sup>da</sup>/Antiga Livraria França & Arménio, 1927; SÉRGIO, Anabela, *História Económica*, 5: *O Sistema Bancário e a Expansão da Economia Por-*

*tuguesa (1947-1959)*, Lisboa, Banco de Portugal/Gabinete de Informação e Documentação, 1990. Legislação: *Diário do Governo*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 61, de 20 de março de 1925; 1.<sup>a</sup> série, n.º 67, de 27 de março de 1925; 1.<sup>a</sup> série, n.º 241, de 31 de outubro de 1927.

JAM

## BANCO EBORENSE (1875-1919)

O Banco Eboense foi criado em Évora, em 1 de janeiro de 1875, sucedendo diretamente à Caixa de Crédito Eboense, instituída apenas dois anos antes, em 13 de julho de 1873. Com a reforma dos seus estatutos, procurava-se transformar aquela instituição num estabelecimento de maior vulto, capaz de promover o desenvolvimento e o progresso da agricultura, do seu comércio e da sua indústria, uma solução que alguns dos seus maiores acionistas consideravam então um empreendimento temerário. As suas operações consistiam em fazer ou negociar empréstimos garantidos, proceder a descontos de letras, abrir créditos em conta corrente, receber depósitos em dinheiro a prazo ou à ordem, negociar letras ou fazer transferências de fundos, emprestar dinheiro sobre penhores, emitir obrigações, adquirir e negociar ações e, finalmente, atuar como caixa económica. No que respeita aos empréstimos, o Banco procedia a empréstimos sob hipoteca ou a empréstimos em conta corrente até determinado montante, também com garantia hipotecária ou caução. Foi esta última modalidade que se revelaria ser a preferida neste meio de negócios. Aberta a subscrição de 9340 ações, verificou-se uma corrida que atingiu o número de 38 170 ações, levando a direção a excluir

todos os subscritores que não pertenciam à Caixa de Crédito Eboense e, ainda assim, reduziu a 63% as subscrições desses acionistas. A preocupação em manter o banco sob o controlo do grupo inicial é atestada pelo facto de se procederem a três emissões, entre 1875 e 1877, e de, no final do primeiro ano de atividade, esses mesmos acionistas ficarem em dívida com o Banco na quantia de 255,8 contos, relativamente aos 500 contos que se propunha realizar. Até ao final da sua existência, dos mil contos de capital a que estavam autorizados realizar, o Banco contou apenas com 550 contos de capitais próprios. Tal facto limitou a escala das operações bancárias, como reconheceu desde logo a sua direção em 1877. Apesar disso, o Banco criou, logo em 1875, agências em Borba, Cuba, Castelo Branco, Lagos e Portimão e, mais tarde, na Guarda, que geravam lucros interessantes, apesar das vicissitudes conjunturais passadas por algumas delas ao longo deste percurso. Tal como sucedeu noutros estabelecimentos, a crise financeira de 1876-1877 acabaria por afetar este estabelecimento, muito embora, já em 1879, as suas ações se vendessem ao par em Évora. Entre as perdas sofridas destaca-se as ações adquiridas em 1875 na Companhia de Mercados e Edificações Urbanas de Lisboa, que em poucos

anos não tinham qualquer valor, bem como os créditos sobre a Companhia Industrial Eboense. Em 1878, as 11 mil ações emitidas pelo Banco estavam dispersas por 362 indivíduos e por algumas (poucas) firmas comerciais, não havendo mais do que 6 acionistas com mais de 300 ações (cf. tabela 1a). Por outro lado, havia apenas 101 ações ao portador. Assim, e apesar das relações de parentesco existentes entre muitos acionistas, dificilmente se deteta a possibilidade de controlo do Banco por parte de

qualquer grupo ou indivíduo. Por outro lado, verifica-se uma continuidade, sob o ponto de vista sociológico, na lista dos acionistas até ao final de 1918. Em 1905, o número de acionistas é um pouco maior (379), em parte devido a sucessões e partilhas dos primitivos acionistas. Porém, o número de grandes acionistas a título individual é mais diminuto (cf. tabela 1b). Integra o grupo dos acionistas a *elite censitária* da sub-região alentejana na área de influência de Évora, constituída por famílias de grandes

TABELA 1A — Lista dos maiores acionistas do Banco Eboense (1878)

Nome dos acionistas	Número de ações
José Maria Ramalho Diniz Perdigão	800
José Rosado de Carvalho	320
Visconde da Esperança	304
José Maria de Carvalho e Costa	300
Manuel Eduardo Oliveira Soares	300
João Baptista Rollo	300
José Maria de Carvalho e Costa	300
José d'Almeida Campos	220
Moura, Borges & C. <sup>la</sup>	209
Quirínio Luís António Lousa	200
José António da Silva	200

Fonte: Caixa Geral de Depósitos/Fundo do Banco Nacional Ultramarino/Banco Eboense, S. A. R. L. — *Relação dos Srs. Accionistas referida ao dia 1.º de Janeiro de 1878.*

TABELA 1B — Lista dos maiores acionistas do Banco Eboense (1904)

Nome dos acionistas	Número de ações
António da Costa Carvalho	300
António José de Sá Potes	207
Augusto José Ramos (Dr.)	700
Francisco Eduardo Barahona Fragoso (Dr.)	235
Francisco José Cordovil	408
José Maria Rosado de Carvalho	300
Rui Cannas da Costa e Silva	310

Nota. — Referem-se apenas os acionistas na posse individual de 200 ou mais ações.

Fonte: Caixa Geral de Depósitos/Fundo do Banco Nacional Ultramarino/Banco Eboense, S. A. R. L. — *Relação dos Srs. Accionistas referida ao dia 31 de Dezembro de 1904.*

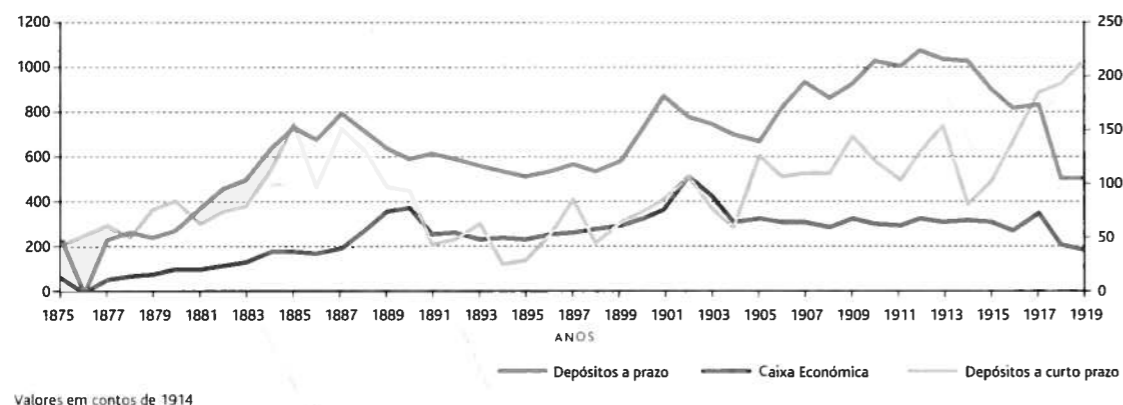
proprietários fundiários, capitalistas, grandes lavradores e comerciantes, alguns dos quais titulados ou, mais frequentemente, exibindo o título de doutor. Identificam-se igualmente alguns estrangeiros ligados ao negócio da exportação de cortiça, como Guilherme Reynolds, negociante de lãs e de produtos agrícolas regionais, por grosso. A base regional do Banco é atestada no seu corpo de acionistas nos finais da década de 1880: 236 eram do concelho de Évora e, no total, eram 292 os que residiam ou eram naturais do Alentejo. Os restantes, na sua quase totalidade, residiam em Lisboa (50). Por outro lado, é significativo o número de mulheres (101), usualmente «donas» que dispunham destes títulos que lhes proporcionavam um rendimento anual seguro, geralmente igual ou superior ao dos títulos da dívida oferecidos pelo Estado (cf. gráfico 3). Destaca-se na gestão dos negócios do Banco a importância dos diretores e, sobretudo, do conselho fiscal, recrutados no grupo dos maiores acionistas. Ao longo de quarenta e quatro anos, passaram pelos órgãos diretivos e pelo conselho fiscal 33 indivíduos, registando-se notável continuidade nos cargos em alguns deles, em diferentes períodos. Entre eles destacamos, no conselho fiscal, os grandes proprietários João Baptista Rollo (1877-1901), José Paulo Barahona Carvalho e Mira (1889-1897, com escassos períodos de ausência), o lavrador José António Oliveira Soares (1889-1919), José Perdigão de Carvalho, conde da Ervideira (1902-1919) e, na direção, o grande proprietário António Vicente da Rocha (1876-1892), José António da Silva Moreno (1889-1918), o doutor Augusto José Ramos e o farmacêutico e proprietário Cândido Ferreira da Mota (1894-1909), todos residentes em Évora. Embora não haja uma explicitação das linhas estratégicas de

atuação deste Banco, para além das regras enunciadas nos seus relatórios anuais, como, por exemplo, a prática de exigir garantias hipotecárias sólidas nos créditos pessoais, enfim, afirmações destinadas a tranquilizar os acionistas quanto à solidez da instituição e à segurança das aplicações realizadas, devemos salientar alguns aspectos inferidos da sua prática ao longo da sua história. Notemos, em primeiro lugar, que se é verdade que a sazonalidade dos depósitos e levantamentos denunciam a forte dependência da atividade agrícola, devemos realçar que a atuação das direções do Banco não se limitou a redistribuir capitais entre grandes proprietários, lavradores e comerciantes, ou seja, a financiar o desenvolvimento da grande exploração capitalista alentejana. Ao mesmo tempo, a instituição permitia minimizar os riscos das operações privadas de crédito e garantia, por outro lado, uma remuneração segura para o dinheiro imobilizado. Saliente-se, pois, que se procurou igualmente maximizar os lucros com os fundos que dispunha oriundos da esfera agrária, como já se viu na infeliz aposta na Companhia de Mercados e Edificações Urbanas de Lisboa e noutra, com idêntico resultado, que relançou um projeto industrial que remontava ao início da década de 1850. Assim, logo em 1875, o Banco forneceu «crédito pessoal», à Companhia Industrial Eborense, S. A. R. L., fundada por capitalistas de Lisboa que se associaram ao primeiro proprietário, José Matias Carreira, e a um comerciante de Guimarães, com o objetivo de processar e comercializar cereais, lãs e azeites da região. Embora os sócios maiores aparecessem também como acionistas do Banco, em 13 de dezembro de 1877 este crédito em conta corrente foi garantido com a hipoteca das instalações e maquinismos do seu estabelecimento

principal, a fábrica situada no edifício das Donzelas. Dois anos depois, declarava-se a insolvência desta companhia, que contava com um capital de 160 contos, com grave prejuízo para o Banco. Em segundo lugar, o desconto de letras revelou ser a atividade mais lucrativa para o Banco, logo seguida dos empréstimos em conta corrente (sob caução hipotecária). Efetivamente, ao longo da história do Banco, os empréstimos hipotecários (excluindo os de conta corrente) representaram menos de 10% dos seus ativos (cf. gráfico 2). Em terceiro lugar, o Banco esteve mais direcionado para apoiar o universo dos grandes negócios, mormente dos seus accionistas, do que para se apresentar como um banco de fomento rural e industrial, capaz de satisfazer as necessidades de crédito dos pequenos industriais, comerciantes e lavradores-rendeiros da região. Como consequência, o crédito privado manteve-se elevado, alimentando o debate sobre o problema do crédito agrícola que se arrastaria até à I República. Enfim, estamos perante um banco que dispunha de um quadro de pessoal limitado a seis funcionários: um guarda-livros, um encarregado da tesouraria, um encarregado dos livros auxiliares, um responsável pela caixa económica, um «praticante» e um contínuo. Deste ponto de vista, ser acionista de um pequeno banco regional, para além de garantir um rendimento líquido constante interessante (normalmente acima dos 6%), muito superior aos depósitos a prazo (3%), constituía também um canal privilegiado de acesso ao crédito em momentos críticos para a lavoura. Finalmente, no que respeita aos prédios rústicos que detinha em virtude de insolvência dos seus proprietários, a sua política foi sempre a de os valorizar, retendo-os indivisos em carteira durante anos, se necessário, até

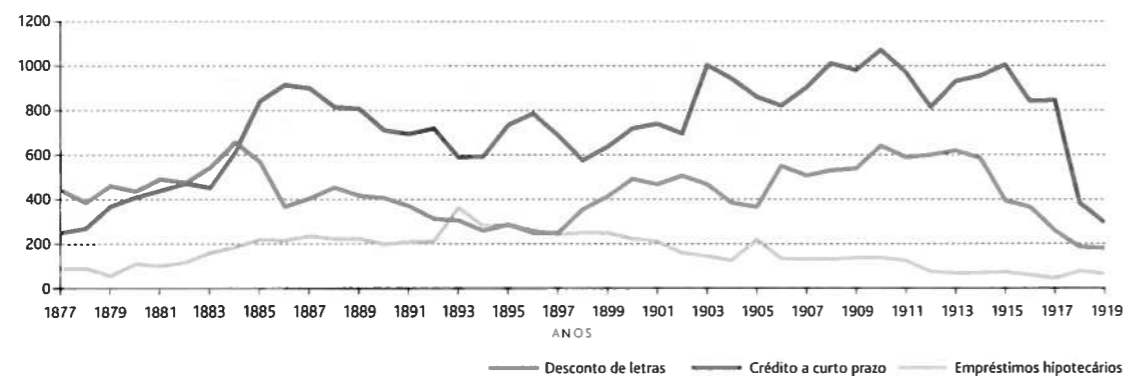
achar comprador. No que respeita à Fábrica das Donzelas, os conselheiros fiscais lamentavam, cinco anos depois da falência da companhia proprietária, «que em Évora, celeiro da província do Alentejo, não tenha aparecido pessoa ou pessoas que empreendam por em movimento aquela fábrica, com que adviriam grandes vantagens para a povoação» (do Relatório e Contas de 1884). A fábrica viria a ser alienada apenas em 1889, acusando a direção um prejuízo de 11,4 contos. A extrema dependência do banco da atividade agrícola ficou patente em 1884 quando, na sequência de maus anos agrícolas, viu muito limitada a entrada de capitais e, conseqüentemente, a procura de dinheiro, levando a direção a ter de restringir as operações de desconto de letras. Também em 1892, o Banco viu-se forçado a não proceder a novos empréstimos, considerando ser «difícil à maioria dos nossos lavradores o apuramento de capitais», diminuindo igualmente as operações de desconto de letras. No ano seguinte, o Banco registou um grande movimento em liquidações e vendas de propriedades, mantendo em carteira, sob arrendamento, as que não encontrou comprador. Após os maus anos agrícolas de 1893 e 1894, a prosperidade que trouxe o protecionismo cerealífero traduziu-se no aumento dos depósitos e do capital disponível em caixa com tendência para a imobilização, registando o Banco aumento dos encargos e, conseqüentemente, diminuição dos lucros. Este excesso de liquidez, gerado pelo receio de expansão «para fora do seu meio», levou o Banco a adquirir títulos que pareciam oferecer melhor remuneração e segurança e a limitar, em 1901, os depósitos a prazo (gráfico 1). Esta medida foi acompanhada pela descida nas taxas de juro praticadas sobre os depósitos a prazo e nas operações de desconto de

GRÁFICO 1 — Evolução dos depósitos a prazo (eixo da esquerda), curto prazo e na caixa económica no Banco Eboense (eixo da direita) (1875-1919)



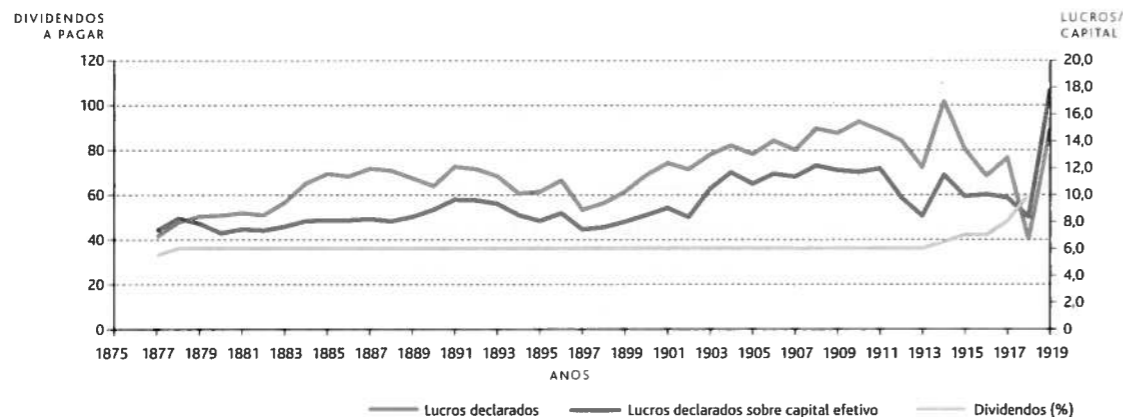
Valores em contos de 1914

GRÁFICO 2 — Banco Eboense: Evolução das operações de desconto de letras, créditos em conta corrente e empréstimos hipotecários (1877-1919)



Valores em contos de 1914

GRÁFICO 3 — Banco Eboense: Lucros e dividendos distribuídos (1875-1919)



letras, estimulando a economia local. Em contrapartida, em 1908, a corrida aos depósitos e o aumento das operações de desconto de letras e das solicitações de crédito levaram a direção a ter de contrair empréstimos sobre outros bancos. Porém, a prosperidade agrícola que se seguiu levou as direções a continuar a apostar na aquisição de títulos, logo descartáveis em momento oportuno. Em 1903, os fundos flutuantes representavam apenas 7 contos, resultante de aplicações noutros bancos da praça de Lisboa e na Adega Regional do Alentejo. Em 1913, esse valor ultrapassava já os 122 contos e, em 1918, atingia os 569 contos, avultando os títulos de empréstimo de guerra à Inglaterra, à França e à Argentina, bem como ao Brasil, os títulos do Banco de Portugal\*, do Banco Nacional Ultramarino\*, da Companhia dos Tabacos e de companhias coloniais (como o Caminho-de-Ferro de Benguela, em Angola, ou a Companhia do Buzi, em Moçambique, por exemplo). De assinalar também o investimento de 2 contos na Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes, S. A. R. L., com sede em Évora, e que contava na direção figuras gradadas daquele banco — um projeto que seria inviabilizado já depois da guerra. É, pois, na altura em que o Banco mais dividendos distribuiu pelos seus accionistas que, «face a um futuro duvidoso» e

«atendendo sobretudo às circunstâncias especiais de muitos accionistas a quem não convinha a incerteza de futuro rendimento» decide negociar a integração no Banco Nacional Ultramarino, recebendo cada acionista perto de 120 escudos por ação, num total de 11 mil ações. O facto de o Banco ter mantido sempre capitais próprios em valor muito inferior, com consequências no tipo e escala de operações, prendeu-se diretamente com os interesses dos seus maiores accionistas e a vontade de manter sob seu controlo aquela instituição, limitando os riscos e atuando num meio onde a informação circulava com facilidade. A aposta na aquisição de títulos, considerados à partida mais seguros, mas cujos resultados pareciam cada vez mais incertos com a evolução da I Guerra Mundial, acabou por levar os accionistas por uma solução que lhes parecia razoável, entregando a instituição ao Banco Nacional Ultramarino. No final da guerra, alguns deles aparecem como accionistas do Banco Nacional Agrícola.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Hélder A., *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, pp. 305-347; Guimarães, Paulo E., *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*, Évora, Cídehus, Colibri, 2006, pp. 401-489.

HAF  
PEG

## BANCO ECONOMIA PORTUGUESA (1897-1928)

A Economia Portuguesa, sociedade cooperativa de crédito, em assembleia geral de 13 de abril, deliberou transformá-la em banco, sob a denominação de Banco Economia Portuguesa. Este foi fundado por escritura de 8 de junho de

1897 (lavrada no tabelião da cidade de Lisboa, livro de notas n.º 303, fl. 36) e começou a funcionar, regularmente, em agosto daquele ano de 1897 — e não em 1903 (Faria *et al.*: 280) —, com o capital social de 50 000\$000 réis. Segun-